

Desindexação radical ainda é arriscada

O governo tem um pouco mais de 30 dias para definir se tomará de vez o rumo da desindexação total da economia ou se manterá algumas regras que garantam, pelo menos, alguma perspectiva de reposição para os salários. Na última semana, a tese da livre negociação se fortaleceu. Mas, para alguns economistas, como a inflação dos primeiros 12 meses do real deverá ficar em torno de 35%, uma desindexação radical ainda é arriscada.

Edward Amadeo acha que o governo conta com uma desaceleração da atividade econômica para que o próprio mercado se autoregule. "O mais importante agora não é proteger os salários, mas ter um mecanismo que coordene minimamente os processos de negociação", diz.

O economista lembra que com perspectiva de inflação de 20% a 40% em 12 meses as negociações salariais, assim como as outras negociações de longo prazo, tornam-se muito difíceis. Quanto mais rápido estiver caindo o nível de ativida-

de, segundo ele, menor será o poder de negociação e, nesse caso, a tendência natural dos sindicatos será levar as decisões para a justiça. "O tiro pode sair pela culatra, porque a justiça vai estabelecer parâmetros, entre eles, a indexação total", afirma.

Desindexação total — Carlos Eduardo de Freitas discorda. Ele acha que ao invés de continuar mantendo o sistema de indexação para salários e do mercado monetário o governo deveria partir de vez para a desindexação fiscal, salarial e monetária. "O governo deveria fazer isso de forma clara, tirando a rede do trapézio. Fazer o salto sem rede. Se o governo não fizer isso vai ficar indexado ao balanço de pagamentos", diz.

Ele observa, no entanto, que se o governo caminhar de forma explícita para uma desindexação poderá causar turbulências na economia já que a estabilidade monetária ainda é relativa.

"Estamos falando de um ambiente de inflação de 30%, 36% ao ano, que não é tão pouca assim. O governo infelizmente ainda não tem lastro fiscal para isto", diz.



Jornal do Brasil
Online

Instruções na pág. 6 do 1º cad.

Íntegra do balanço mensal 17410